

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO**

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019  
AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1083810 - SP (2017/0080264-0)

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE** : TST-AICA AUDITORES INDEPENDENTES &  
CONSULTORES ASSOCIADOS - SOCIEDADE SIMPLES  
LTDA  
**ADVOGADOS** : ROSEMARY LOTURCO TASOKO E OUTRO(S) -  
SP223194  
TOSHINOBU TASOKO - SP314181  
**AGRAVADO** : CONDOMÍNIO EDIFÍCIO PALÁCIO DAS AMÉRICAS E  
VITRINE DA IGUA TEMY  
**ADVOGADO** : ALESSANDRA MARIA MARGARITA LA REGINA E  
OUTRO(S) - SP097954

### **EMENTA**

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. COBRANÇA DE CONDOMÍNIO. FASE EXECUTIVA. PEDIDO DE COMPENSAÇÃO FUNDADO EM PREJUÍZO PELA PERDA DA POSSE SOBRE O IMÓVEL. PLEITO DE NATUREZA RECONVENCIONAL NÃO MOVIDO OPORTUNAMENTE. INEXISTÊNCIA DE QUESTÃO DE ORDEM PÚBLICA. DIREITO PATRIMONIAL DO PARTICULAR. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. AGRADO INTERNO DESPROVIDO.

1. A questão atinente a direitos patrimoniais não constitui matéria de ordem pública, não podendo, portanto, ser apreciada, de ofício. REsp 808.439/RJ, Rel. Ministro João Otávio de Noronha.
2. A negativa de prestação jurisdicional só se configura ante a recusa do juiz em decidir questões relevantes, que tenham potencial de alterar o resultado do julgamento, e não pelo mero silêncio do julgador acerca de algum dos argumentos suscitados pela parte.
3. Agravo interno desprovido.

### **ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrighi, Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 18 de Fevereiro de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator